

Educação especial e o contexto escolar: uma revisão de literatura

Special Education and the School Context: a Literature Review

Edilene Sanchez Baptista¹
Daniel Marcelino dos Santos²

RESUMO: Neste artigo objetivou-se verificar, por meio de uma revisão de literatura, quais são os principais aspectos encontrados pelas pesquisas atuais que se relacionam com o processo de aprendizagem dos alunos atendidos pela educação especial. Para a pesquisa, foram selecionados os artigos indexados à base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A coleta foi realizada entre os meses de abril e maio de 2017, em um recorte temporal de cinco anos, ou seja, foram selecionados os artigos cujas publicações ocorreram entre 2011 e 2016. Conforme a análise, os artigos foram agrupados em categorias, de acordo com suas características comuns. A categoria que concentrou mais artigos foi aquela que tratava de *formação de professores / necessidade de conhecimento técnico / necessidade de mudança de concepções dos professores*. A educação especial avançou no que diz respeito à organização normativa, porém, ainda carece de estratégias para sua efetivação no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Especial; Aprendizagem; Educação Inclusiva; Política Pública.

ABSTRACT: This article aimed to verify, through a literature review, what are the main aspects found by current research that relate to the learning process of the students attended by special education. For the research, the articles indexed to the SciELO - Scientific Electronic Library Online database were selected. The collection was carried out between April and May 2017, a time cut of five years, that is the articles whose publications occurred between 2011 and 2016 were selected. According to the analysis, articles grouped into categories according to their characteristics. The category that concentrated more articles was the one that dealt with *teacher training / need for technical knowledge / need to change teachers' conceptions*. Special education has advanced with respect to normative organization, but still lacks strategies for its effectiveness in the school context.

Keywords: Special Education; Learning; Inclusive Education; Public Policy.

Introdução

A concepção de educação como um direito humano impulsionou os movimentos que propunham um modelo de educação inclusiva, ou seja, para todos, indistintamente. A esse respeito, Mantoan (2015 p.28) destaca que “na perspectiva da inclusão, o sistema de ensino é provocado, desestabilizado, pois o objetivo não é excluir ninguém, melhorando a qualidade de ensino das escolas e atingindo todos os alunos que fracassam nas salas de aula”. Dessa maneira, uma educação inclusiva é

¹ Pós-graduada em Educação Inclusiva. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200 – CEP 08780-911 – Mogi das Cruzes, SP. E-mail: edilene.sanchez@hotmail.com

² Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200 – CEP 08780-911 – Mogi das Cruzes, SP.

aquela que se organiza de maneira eficiente com o propósito de que todos consigam aprender.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é um marco recente da educação brasileira. Esse documento discorre, entre outros pontos, sobre os aspectos históricos, filosóficos e legais que influenciaram essa modalidade de ensino, além de apresentar o paradigma inclusivo como orientador dessa política nacional.

O texto expõe explicitamente que o público alvo da educação especial é composto por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. Além disso, ressalta que “a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (BRASIL, 2008 p.11).

O direito à educação previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reflete os princípios constitucionais, bem como aqueles expressos na Lei 9394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). São observadas importantes marcas que fortalecem um modelo de educação inclusiva, entre elas o princípio de igualdade de acesso e condições de permanência na escola, que se repete nos dois dispositivos. Esse princípio orienta a criação de um sistema de educação inclusivo, e, portanto, capaz de suprir as necessidades daqueles que compõe o grupo atendido pela educação especial.

Outro importante mecanismo que influenciou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi a ratificação, por parte do governo brasileiro, da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção de Guatemala. Esse documento é um marco internacional de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e seu conteúdo foi aprovado por meio do Decreto nº 3956/2001 (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é, sem dúvida, fruto de um percurso repleto de nuances, e é sabido que esse estudo não conta nem com o propósito e nem mesmo com espaço para um aprofundamento dessas questões. Todavia, é importante ressaltar que o movimento de educação inclusiva encontrou nessa política um meio para a garantia de direitos.

Os avanços trazidos pela Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva foram significativos e traçaram um novo caminho para a educação, de modo que ela objetiva “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2008 p.8). Todavia, Silva e Costa (2015) lembra, que:

As políticas públicas e os documentos oficiais preconizam a educação como um direito social e humano. Dessa maneira, as políticas públicas de educação inclusiva, para sua implementação, demandam mais do que uma ordem legal. Antes, é preciso tomar consciência quanto à formação docente e considerar a sociedade sob outra concepção, tornando possível a experiência entre diferentes indivíduos (COSTA, 2015 p. 154).

A ponderação realizada pelas autoras alerta para o fato de que a garantia legal é apenas um dos eixos capazes de promover de fato aquele determinado direito. Assim, justifica-se e surge a necessidade de se identificar como a escola tem respondido a esta demanda tão urgente de promover uma educação de qualidade e, no caso em questão, uma educação que atenda às necessidades daqueles que compõe o público da educação especial.

Nesse sentido, neste estudo objetivou-se verificar, por meio de uma revisão de literatura, quais são os principais aspectos encontrados pelas pesquisas atuais que se relacionam com o processo de aprendizagem dos alunos atendidos pela educação especial.

Método

Este estudo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, cujo recurso metodológico foi a pesquisa bibliográfica. Vejamos o que Gil (1999) nos ensina sobre esse método:

[...] as pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1999 p.27).

Já a pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002), é aquela realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites”

(FONSECA, 2002, p.32).

Para a pesquisa, foram selecionados os artigos indexados à base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), biblioteca virtual que concentra acervo composto por periódicos científicos brasileiros. A coleta foi realizada entre os meses de abril e maio de 2017, em um recorte temporal de cinco anos, ou seja, foram selecionados os artigos cujas publicações ocorreram entre 2011 e 2016. As buscas na literatura deram-se a partir dos termos “educação especial” e “educação inclusiva”, assim como por uma palavra de refinamento, que neste caso foi “aprendizagem”.

É sabido que o termo “educação inclusiva” possui abrangência maior do que o termo “educação especial”, haja vista que, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, essa modalidade de ensino tem público definido, conforme já mencionado na introdução: os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas escolas regulares (BRASIL, 2008 p.8). Esses termos foram eleitos para a busca pela íntima relação que mantém com a temática em questão, em atenção ao objetivo proposto para este estudo.

Os artigos encontrados foram analisados previamente conforme o proposto por Nunes (1998, 23), com a observância de características como: identificação do periódico em que foi publicado; ano; caráter do artigo; autor; objetivo; metodologia; sujeito público alvo; resultado, e referência bibliográfica.

A partir de análises prévias, os dados foram organizados em categorias, dispostos em quadros e gráficos e, em seguida, confrontados com a literatura que trata da temática em questão. Com a utilização desse material de pesquisa, foi possível conhecer a produção teórica da área, bem como analisá-la e compará-la.

Resultados e discussão

A busca pelo termo “educação inclusiva” resultou em 101 artigos. Após o refinamento com a palavra “aprendizagem”, obtivemos 16 estudos. Com o termo “educação especial”, encontramos 451 artigos. O refinamento pela palavra “aprendizagem” resultou em 18 artigos. Do total de artigos obtidos com o refinamento “aprendizagem”, excluídos fora da temática, restaram 27 artigos para análise.

Conforme a análise, os artigos foram agrupados em categorias, de acordo com

suas características comuns. Assim, foram definidas quatro categorias de agrupamento: 1) *formação de professores / necessidade de conhecimento técnico / necessidade de mudança de concepções dos professores*; 2) *necessidade de realização de mediação entre aluno-escola / melhoria das relações de ensino / intervenção escolar voltadas para estratégias de efetivação da aprendizagem*; 3) *necessidade de adequação curricular / espaço físico*; 4) *crítica à avaliação de aprendizagem de caráter padronizado*. Os dados quantitativos de artigos encontrados na busca, distribuídos por categoria estão expressos na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Distribuição quantitativa dos artigos por categoria

Categorias encontradas	Quantidade	Percentual
<ul style="list-style-type: none"> • formação de professores / necessidade de conhecimento técnico / necessidade de mudança de concepções dos professores 	12	44,5%
<ul style="list-style-type: none"> • necessidade de realização de mediação entre aluno-escola / melhoria das relações de ensino / intervenção escolar voltadas para estratégias de efetivação da aprendizagem 	8	30%
<ul style="list-style-type: none"> • necessidade de adequação curricular / espaço físico 	6	22,5%
<ul style="list-style-type: none"> • crítica à avaliação de aprendizagem de caráter padronizado 	1	3%

Fonte: Os autores

Os dados da primeira categoria indicam que os aspectos relacionados à *formação de professores / necessidade de conhecimento técnico / necessidade de mudança de concepções dos professores* foram temáticas recorrentes nas pesquisas encontradas. Freire (1985) fala sobre o bom senso que o professor deve ter mediante a prática pedagógica. Para o autor, toda a carreira do professor deve vir acompanhada de reflexão sobre a própria prática, de maneira rigorosa, tornando-

se um grande desafio. Segundo ele, quanto mais o professor torna-se rigoroso em sua prática de conhecer tanto mais torna-se crítico. Ainda de acordo com Freire, o professor passa pelo saber ingênuo e supera-se através do saber produzido, através do exercício da curiosidade epistemológica.

A esse respeito, Mantoan (2015) destaca a necessidade da criação de grupos de estudo com o propósito de refletir sobre as questões atuais da educação. A autora destaca a necessidade de formação no interior da escola como uma maneira de permitir que os problemas pedagógicos sejam discutidos e compreendidos à luz do saber científico e a partir dos interesses e das necessidades cotidianas. No contexto escolar, a formação deve ser restrita a um grupo de pessoas. Todos os atores educacionais devem ser mobilizados num ambiente de troca de ideias, com o intuito da descoberta de novos caminhos para a prática pedagógica.

Ao analisar as barreiras para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na visão dos diretores de escola, Santos (2016) destaca problemas relacionados à formação como a principal barreira apontada pelos entrevistados. Segundo o pesquisador, a formação é um elemento que carece de atenção por parte do poder público, e as ações formativas devem atingir tanto os atores escolares quanto a sociedade em geral.

Uma mudança de concepção carece de ações formativas. Conforme Silva (2015), o fazer educacional é permeado por concepções e fundamentos. Em uma perspectiva inclusiva, a educação deve se alicerçar sob uma concepção que respeite a diferença e as dificuldades específicas de cada aluno. O professor assume, portanto, um caráter fundamental nesse processo, uma vez que ele mantém relação direta com o processo de ensino-aprendizagem.

Na segunda categoria, verifica-se a necessidade de mediação entre o aluno e a escola, e a demanda por melhorias nas relações de ensino, por meio de intervenção escolar e estratégias para a efetivação da aprendizagem. Nesse sentido, Glat (2013, p.50) apresenta a proposta de ensino colaborativo, como alternativa de trabalho que busca garantir a aprendizagem de alunos público alvo da educação especial, a partir dos enfrentamentos impostos pelo contexto escolar, trazendo as contradições e os limites existentes no cotidiano e as construções possíveis para a intervenção pedagógica, resultando assim na efetivação da aprendizagem. A presença dos alunos público alvo da educação especial

proporciona novas demandas para a escola, entre elas destacamos a necessidade de práticas pedagógicas para ensinar e responder ao desafio da diversidade de um alunado que antes não estava presente ou que não permanecia na escola.

A terceira categoria versa sobre adequação curricular / espaço físico, ambos sinalizando serem estas consideradas barreiras para a aprendizagem. Com a proposta do ensino colaborativo nas escolas, o professor de educação especial passa a ser um articulador da aprendizagem na escola, dividindo a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes, isto permite a concretização da adaptação curricular apontada no estudo. Vejamos como Paro (2011, p.25) contribui para o currículo escolar:

[...] a respeito do tipo de educação vislumbrado pelo senso comum e que se procura efetivar em nossas escolas, não é difícil concluir que tal conceito de educação se coaduna perfeitamente com a estrutura da escola vigente. Uma educação que não assume a condição de sujeito do educando aplica-se muito bem na escola hierarquizada que temos; uma educação que se resume à passagem de “conteúdos” pode dar-se muito bem com as disciplinas estanques e com a grade curricular restrita a conhecimentos e informações; uma escola incapaz de fazer-se competente precisa de um currículo seriado, em que a “passagem” ou “retenção” em determinada série funciona como medida da maior ou menor culpa do aluno por seu não aprendizado; uma educação, enfim, que não tem como um de seus ingredientes a relação democrática, não precisa de uma estrutura democrática para se instalar. Na perspectiva de uma necessária democratização da escola, é preciso, portanto, adotar um conceito de educação que exija a superação da estrutura autoritária atualmente vigente na escola.

Para Santos (2016), é necessário que haja um suporte pedagógico articulado para que se possa sustentar a ideia de inclusão, seus fundamentos determinam a necessidade de ajustes no modelo educacional, de modo a possibilitar que todos os alunos participem da escola comum. Nessa perspectiva, a escola configura-se como um espaço de transformação social.

De acordo com Araújo (2004, p.23), participação de toda a comunidade faz-se necessária para que o processo de aprendizagem aconteça. O professor da Universidade de São Paulo (USP) salienta a necessidade de se criar espaços de discussão, acompanhamento e avaliação do que é realizado na instituição escolar, formando assim uma rede entre professores, alunos, escola e comunidade, de modo a propiciar aulas motivadoras, com projetos que partam da realidade dos alunos.

A acessibilidade, aqui compreendida como estrutura física, também compreende

um dos propósitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na qual encontra-se: “Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação” (BRASIL, 2008, p.8). O Decreto 7.611/2011 também prevê apoio técnico e financeiro para adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade e para elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade.

A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), apresenta um conceito amplo de acessibilidade, de que modo que essa é a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015)

Nesse sentido, percebe-se que ainda há necessidade de se ter políticas públicas voltadas para a efetivação da acessibilidade nos espaços de ensino.

O último tópico que o estudo apontou foi a crítica à avaliação de aprendizagem de caráter padronizado. As mudanças sociais precisam ser incorporadas no interior da escola, uma vez que essa realidade exige uma formação bem mais ampla e igualmente adaptada às mudanças que se aceleram no interior da sociedade, e considerar essas mudanças com as diferenças é encontrar situações de aprendizagem ótimas para cada aluno, resultando numa educação sob medida, desta forma o modo de se avaliar pode ser adequado de maneira contextualizada.

Conclusão

A educação é uma temática em constante debate, e debatê-la é essencial para a análise e avaliação dos recursos de que dispõe para cumprir um de seus objetivos basilares: contribuir para a formação do cidadão.

Este estudo permitiu verificar que a educação especial tem encontrado apoio legal para sua efetivação em uma perspectiva inclusiva. Além disso, essa temática

mostrou-se recorrente nas pesquisas científicas dos últimos anos. Certamente, a qualidade e a implementação de uma educação especial que atenda às necessidades de seu público não será efetivada apenas por dispositivos legais ou por estudos acadêmicos, todavia, esses são mecanismos de significativa relevância para que a concepção de uma educação inclusiva se torne realidade.

Ao verificar, por meio de uma revisão de literatura, quais são os principais aspectos encontrados pelas pesquisas atuais que se relacionam com o processo de aprendizagem dos alunos atendidos pela educação especial, foi observado que a categoria que concentrou mais artigos é aquela que trata de *formação de professores / necessidade de conhecimento técnico / necessidade de mudança de concepções dos professores*. É possível identificar que a educação especial avançou no que diz respeito à organização normativa, porém, ainda carece de estratégias para sua efetivação no contexto escolar e, desse modo, uma mudança de concepção carece de ações formativas.

Referências

ARAÚJO, U. F. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 8 ago. 2014.

COSTA, Valdelúcia Alves da. As demandas de formação e da prática docente inclusiva sob a égide dos direitos humanos. *In*: SILVA, Aída Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da. **Educação inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2015 p. 149-170.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v.2, n.4, p.1-13, Sem II, 2008.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Metódos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2.ed., 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Ana Paula de. Um estudo sobre as relações de ensino na educação inclusiva: indícios das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, vol.18, n.3, p.411-430, set 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382012000300005&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em 3 mar. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v.1, 120p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**: Rio de Janeiro: Editora Eduerj, 2013

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

NUNES, Clarice. I CONGRESSO LUSO- BRASILEIRO DA HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, LEITURA E ESCRITA EM PORTUGAL E NO BRASIL (1550-1970). In: FARIA, L.M. (Org.). Modos de ler, formas de escrever: estudos da história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: **Autêntica**, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4037/1/Pesquisas%20em%20Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014 .

PARO, V.H. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011, 248p.

SANTOS. Daniel Marcelino. **Gestão escolar e a política nacional de educação inclusiva: o diretor frente à política pública**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mogi das Cruzes. Universidade de Mogi das Cruzes, 2016.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos.; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, vol.21, n.3, p.395-408, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382015000300395&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 4.mar. 2017.

SILVA, Aída Maria Monteiro. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva e a relação com os direitos humanos. In: SILVA, Aída Maria Monteiro; SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2.reimp., São Paulo: Editora Contexto, 2009.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, Jonathan H. **Sociologia conceitos e aplicações**. São Paulo: Editora Markon, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.